

PRIVATIZAÇÃO E IDEOLOGIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 21.07.1981

A burguesia brasileira imagina muito freqüentemente que o preço que a sociedade brasileira terá que pagar-lhe em troca de seu apoio à redemocratização do País é a desestatização da economia. Ora, ainda que seja muito pouco provável que essa propalada privatização venha de fato a ocorrer de forma significativa, caso afinal ela se efetive esse preço provavelmente será muito alto para a sociedade como um todo.

As reações geralmente entusiásticas de representantes da burguesia ao decreto presidencial, estabelecendo critérios e procedimentos para a privatização das empresas, revelam bem o caráter ideológico que o problema assumiu. Em 1975 a burguesia começou a se reconciliar com a democracia e a romper sua aliança com as frações autoritárias da tecnoburocracia civil e militar, através de uma campanha contra a estatização. Agora dispõe-se a comprar as empresas que o Estado foi obrigado a criar ou cujo controle assumiu em nome do capitalismo e da liberdade...

A partir do exame do decreto presidencial não há muita razão para preocupações. Estão excluídas do risco de privatização as empresas monopolistas, as empresas ligadas à segurança nacional, as empresas de infra-estrutura e produtoras de insumos básicos para o desenvolvimento nacional e as empresas que foram criadas “para viabilizar o desenvolvimento do setor privado e não para com ele competir”.

Se isto for corretamente cumprido sobra muito pouco para ser privatizado. Sobram especialmente as empresas que o próprio setor privado revelou-se anteriormente incapaz de gerir, obrigando o Estado a assumir seu controle para evitar a falência. Sobrariam ainda algumas subsidiárias de grandes empresas estatais, criadas para dar maior flexibilidade à sua ação, e que eventualmente possam representar alguma competição para o setor privado.

Em relação a essas pequenas empresas não há nada a objetar. Que sejam privatizadas, desde que vendidas a preço honesto e não escandalosamente doadas a alguns privilegiados. A doação, nesses casos, é sempre disfarçada. Aparece através de juros negativos e de largos prazos de pagamento, permitindo ao comprador pagar a empresa com os lucros que ela gera. Mas é sempre um escândalo.

É preciso, entretanto, ser muito cuidadoso com relação a qualquer processo de desestatização. Porque privatização geralmente significa desnacionalização, redução nas taxas de crescimento econômico e concentração de renda em favor de alguns privilegiados. O desenvolvimento econômico brasileiro, aliás, como o da maioria dos demais países de desenvolvimento tardio, jamais teria ocorrido se o Estado não assumisse responsabilidades crescentes inclusive no setor produtivo. A própria acumulação privada de capital, que ocorreu no Brasil nesses últimos trinta anos, teria sido impossível sem as siderúrgicas, as hidrelétricas, as empresas de telecomunicações, de petróleo, de mineração e bancárias criadas e desenvolvidas pelo Estado.

O regime autoritário que aqui foi estabelecido nada tem a ver com a criação dessas empresas. A identificação pura e simples de desestatização com democracia é meramente uma ideologia liberal rançosa. Sem dúvida é preciso ter cuidado com os excessos de estatização, mas cuidado pelo menos igual devemos ter contra as investidas ideológicas ao estilo chileno do capitalismo nacional e multinacional que põem em risco o desenvolvimento brasileiro e podem dificultar, ao invés de auxiliar, o real processo de democratização deste País: democratização não apenas a nível do Parlamento, mas também ao nível de toda a sociedade, inclusive as grandes empresas estatais e privadas. (21/07)